COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.071-A, de 2000

Dispõe sobre a destinação de percentual da renda das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal às prefeituras municipais.

O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º Serão destinados às prefeituras municipais 20% (vinte por cento) da renda líquida dos concursos de prognósticos numéricos administrados pela Caixa Econômica Federal.
- § 1º Consideram-se concursos de prognósticos numéricos toda e qualquer modalidade de concursos de sorteios de números, inclusive os que vierem a ser instituídos pela Caixa Econômica Federal.
- § 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por renda líquida o total da arrecadação deduzidos o prêmio bruto, as despesas de administração e custeio e os valores destinados ao Fundo Penitenciário Nacional, conforme fixado em lei.
- § 3º Os recursos auferidos na forma desta lei serão obrigatoriamente aplicados em programas sociais nas áreas de nutrição, saúde, moradia e educação.
- Art. 2º A distribuição dos recursos de que trata o art. 1º será feita mensalmente, na forma do regulamento, obedecidos os seguintes critérios:
- I 25% (vinte e cinco por cento) destinados aos municípios com índice de desenvolvimento humano abaixo da média nacional, na proporção direta de sua população;
- II 75% (setenta e cinco por cento) distribuídos ao conjunto dos municípios, segundo os mesmos critérios que orientam a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios.

Art. 3º O *caput* do art. 26 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. Constitui receita da Seguridade Social a renda líquida dos concursos de prognósticos, excetuando-se os valores destinados ao Programa de Crédito Educativo e às prefeituras municipais. (NR)

<u>"</u>"

Art. 4º Esta lei entra em vigor após decorridos sessenta dias da data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de

de 2002.

Deputado SÉRGIO NOVAIS Relator